

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras da Fundação Renal Portuguesa, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de 6 866 313€ e um total de Fundos Patrimoniais de 4 952 035€, incluindo um resultado líquido positivo de 1 586 657€), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações de Fundos Patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Fundação, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Exceto quanto à limitação descrita no parágrafo 7 abaixo, o exame a que procedi foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendo que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha.

RESERVA

7. Em virtude do diferendo existente entre a Fundação e os anteriores responsáveis pela elaboração da contabilidade da entidade. Ainda não foram disponibilizados alguns dos elementos contabilísticos do exercício de 2011. Conforme já mencionado na certificação legal de contas de 2012, esta limitação não me permite validar os saldos de abertura e provoca a existência de saldos incorretos nos períodos de 2013 e 2012, nomeadamente, o valor dos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, o valor registado em outras contas a receber, em outros empréstimos obtidos, em fornecedores e em outras contas a pagar.

OPINIÃO

8. Em minha opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 7, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Fundação Renal Portuguesa, em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também minha opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASE

10. Sem afetar as opiniões expressas nos parágrafos anteriores, chamo a atenção para a seguinte situação. Conforme mencionado nas notas número 7 e 16 das notas anexas ao balanço e demonstração de resultados, em 2011, 2012 e 2013 a entidade registou em rendimentos um montante acumulado de 4,7 milhões de euros, que resultam da expectativa da Fundação em ser compensada pelo período em que não foi cumprida a determinação de atribuir 82% dos insuficientes renais crónicos do distrito de Portalegre, conforme o parecer da Entidade Reguladora da Saúde corroborado pelo parecer do Secretário de Estado da Saúde, à Fundação Renal Portuguesa. Em 2013, o valor da prestação de serviços de tratamento de insuficientes renais crónicos, efetivamente realizados foi de 1.6 milhões de euros (1,3 milhões em 2012).

Portalegre, 31 de Julho de 2015

O Revisor Oficial de Contas

Pedro Miguel Januário Costa, ROC n.º 1622